

Quintella critica

a "opção ideológica"

por Elleno Simonetti
de Brasília

A Comissão de Estudos Constitucionais, no capítulo da ordem econômica, fez uma opção ideológica. Quem afirma é o empresário Sérgio Quintella, voto vencido durante o trabalho da Comissão. Segundo ele, o texto prevê forte intervenção estatal, e "altera uma prática importante da Constituição atual, ao determinar que a intervenção do Estado na economia pode dar-se por simples ato normativo e não por lei, aprovada pelo Congresso Nacional".

Para Quintella, ao privilegiar o social, a Comissão discrimina a acumulação de capital, independente da forma pela qual se dá e do uso que lhe é dado. Só isso, segundo ele, justifica a possibilidade — prevista no texto — de desapropriação de terras agrícolas produtivas, ou de que o proprietário urbano seja compelido a vender sua terra, "em vez de adoção de mecanismos tributários que desestimulem a especulação imobiliária". O empresário afirmou ontem a este jornal que, a valer o texto da Comissão, entregue ontem ao presidente José Sarney, "a acumulação de riqueza passa a ser um mal a ser combatido".

Em defesa da Comissão, seu presidente, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, afirmou que "a intervenção em um Estado democrático nunca poderá ser considerada antiliberal". Na opinião do ministro Paulo Brossard, da Justiça, a excessiva interferência do Estado na economia, contida no texto, é devida ao fato de que "a administração brasileira continua modelada pelo polegar de D. João VI, ou seja, o apelo à intervenção estatal é muito grande".